

NAS TERRAS DA LIBERDADE: A PEQUENA PROPRIEDADE DE TERRA NO RECÔNCAVO BAIANO (1850-1890)

*Clissio Santos Santana*¹

Graduando em História pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)

E-mail: clissio@yahoo.com.br

Palavras-chave: Escravidão. Liberdade. Recôncavo. Terras.

O Recôncavo baiano, uma região conhecido pela potencialidade de fertilização de suas terras, possibilitou o cultivo de uma gama de culturas agrícolas, além do mais a proximidade com as águas calmas da Baía de Todos os Santos, facilitava o escoamento da produção e a comunicação com centros urbanos importantes, como Salvador e outras regiões do Brasil. Além das características geográficas, o Recôncavo baiano ficou conhecido pela forte presença de grandes contingentes de indivíduos escravizados durante todo o período escravista no Brasil. Por agregar esses fatores, geográficos, sociais e econômicos o Recôncavo, tornou-se um dos primeiros pólos de montagem do sistema de colonização e exploração da América portuguesa.

Desde o século XVI, quando os primeiros engenhos foram construídos no Recôncavo, até as últimas décadas do século XIX, formou-se entorno da Baía de Todos os Santos, uma sociedade complexa, hierarquizada e opulenta, sustentada pela mão-de-obra negra escravizada denominada por Schwartz de “sociedade do açúcar” (SCHWARTZ, 1988, p. 49).

A composição social dessas sociedades estava pautada fundamentalmente na mão-de-obra de homens, mulheres e crianças escravizados, na grande propriedade de terras e na produção de gêneros voltados para o mercado externo, principalmente a cana-de-açúcar para o fabrico e exportação do açúcar para o mercado europeu em larga expansão, ou seja, tomando esse prisma como locus de análise, as características básicas do Recôncavo por mais de três séculos seriam o tripé: Latifúndio- Monocultura – Escravidão. Maria Yedda Linhares, criticando esse modelo explicativos das sociedades agrárias do Brasil, conceituou essa interpretação como sendo uma “visão plantacionista” (LINHARES, 1983, p. 748) que reduz as complexidades dos movimentos históricos, deixando de lado uma variedade de sujeitos

¹ Bolsista de iniciação científica CNPq, com a pesquisa intitulada. A pequena propriedade de terra no Recôncavo Baiano: uma estratégia para a conquista da Liberdade e ascensão social (1850-1888).

históricos e todas as outras formas de sobrevivências e resistência que coexistiam lado a lado com o modelo dominante de organização social. Nas palavras do historiador norte americano Barickman (2003), a visão plantacionista pode levar os historiadores a

dedicarem atenção quase exclusivamente à plantation a grande propriedade que empregava mão-de-obra escrava na monocultura de exportação (...) isso significou muitas vezes descrever o Brasil como uma vasta plantation - como uma economia limitada ao cultivo extensivo e em grande escala de alguns gêneros tropicais e ao comércio deste e como uma sociedade composta de duas classes: o senhores que possuíam as plantations, e os escravos que nelas trabalhavam (BARICKMAN, 2003, p. 27).

O modelo explicativo plantacionista macroestrutural, além de reduzir a complexidade historiográfica, exclui do itinerário histórico a importância de grupos subalternizados, como homens livres, libertos e escravos que transitavam entre o latifúndio, a escravidão e a monocultura. Esses sujeitos conseguiram através de diversos arranjos sociais e econômicos, criar e recriar estratégias de resistência, negociação e liberdade no dia-a-dia de uma sociedade escravista e excludente. Segundo Barickman (2003), se utilizarmos a visão plantacionista como modelo explicativo para entendermos o Recôncavo baiano e conseqüentemente o Brasil, podemos deixar de fora das análises históricas:

Os grupos sociais e as atividades econômicas que não se encaixavam facilmente nesse quadro foram considerados “irrelevantes”, “periféricos”, “insignificantes”, portanto, sem nenhuma importância para compreensão da formação do Brasil (...) Os historiadores que lançaram seu olhar além dos limites da plantation demonstraram que a agricultura de exportação não dominava todo o Brasil rural (BARICKMAN, 2003, p. 27, 28).

De acordo com as críticas estabelecidas acima, este trabalho busca analisar a existência de pequenas propriedades de terra cultivadas por sujeitos escravizados e libertos no Recôncavo baiano durante a segunda década do século XIX. Essas roças cultivavam gêneros agrícolas de subsistência e pequenos animais domésticos voltados para o complemento alimentar, visto que a dieta do cativo não ultrapassava a farinha de mandioca e a carne seca, ou seja, a ração diária oferecida pelos senhores aos seus cativos era insuficiente e de má qualidade. Caso a produção nas roças pelos escravos fossem o suficiente para sanar as necessidades alimentares, o excedente poderia ser vendido aos próprios senhores ou nas feiras semanais, que faziam parte da geografia urbana das vilas e cidades do Recôncavo (FRAGA, 2006, p. 43). O cultivo dessas parcelas de terras possibilitava, no caso dos escravos, acumular pecúlio em muitas vezes suficiente para concretizar seus projetos de liberdade e ascensão

social. Em muitos casos, essas pequenas roças estavam inseridas nos territórios da própria propriedade senhorial, ao lado do canavial e do engenho escravos, libertos trabalhavam também nas suas roças (SCHWARTZ, 2001, p. 99).

Recôncavo: uma Região plural

Ressaltar a existência e a importância dessas pequenas propriedades, não nos leva ao equívoco de negarmos a existência da grande propriedade pautada na mão-de-obra escrava com sua produção voltada para o mercado externo. O estudo de outras formas de relação e cultivo da terra faz parte de um esforço historiográfico de compreender que as sociedades que foram construídas ao longo de mais de três séculos no Recôncavo baiano, não pode ser reduzida a modelos homogenizadores, deixando de lado a pluralidade social, econômica e cultural que moldou a própria Região. Para a compreensão do Recôncavo enquanto uma Região plural e complexa faz-se necessário ultrapassar os conceitos geográficos e puramente econômicos. Urge a necessidade de lançarmos mão de conceitos mais elásticos que possibilitam uma análise mais minuciosa do que seria uma região socialmente e economicamente também diversa.

Ilmar Mattos (1990) tratando do conceito de Região, nos demonstra que a região:

Não deve ser reduzida a determinados limites administrativos, como o das capitanias. Ela não deve ter também como referência apenas a distribuição de seus habitantes em um determinado território, definido como uma área ecológica, pois não é o fato de um grupo de pessoas habitar um mesmo território que determina o estabelecimento de uma rede de relações sociais (...) A região a partir dos referenciais primários espaço e tempo, entendidos em sua dimensão social - só ganha significação quando percebida à luz de um sistema de relações sociais que articula tanto os elementos que lhe são internos quanto aqueles externos, é a partir dessa articulação por intermédio de um jogo de identidades e oposições, que se torna possível traçar os limites da região, que muito mais do que limites meramente físicos existem enquanto limites sociais. A região, assim, é uma construção que se efetua a partir da vida social dos homens (MATTOS, 1990, p. 24-25).

A citação de Mattos (1990) é imprescindível para compreendermos as dinâmicas sociais, econômicas e políticas do Recôncavo baiano, desta forma o estudo das pequenas propriedade e roças cultivadas por sujeitos subalternizados e escravizados, torna-se parte integrante da dinâmica econômica e social do Recôncavo enquanto uma Região histórica e socialmente construída ao longo de séculos. Perceber o Recôncavo por esse prisma nos leva a entender a complexidade que as visões panorâmicas escondem na busca das fórmulas

generalizantes. Entre terras férteis, águas calmas, mão-de-obra escrava e grande lavoura encontramos uma gama de sujeitos históricos ocultados pelos grandes modelos. Trabalhadores livres, libertos, escravos, brancos pobres, lavradores, roceiros e pescadores todos eles labutavam diariamente criando, recriando e reinterpretando formas para resistir e sobreviver no dia-a-dia das sociedades escravistas (SILVA, 1989, p. 31). A Região entendida desta forma, enquanto espaço socialmente constituído, torna o Recôncavo um lócus privilegiado de análise das relações desenvolvidas entre os diversos indivíduos envolvidos nas redes sociais existentes.

No ponto de vista socioeconômico, podemos observar também a composição de um espaço econômico muito mais pluralizado e dinâmico que a esboçada pela historiografia panorâmica. A pluralidade das relações econômicas foi algo marcante no Recôncavo, além das áreas situadas ao norte da Baía, correspondentes nos dias atuais aos municípios de São Francisco do Conde, Santo Amaro e Cachoeira, ambas conhecidas pela quantidade significativa de engenhos e a grande quantidade de escravos trabalhando no cultivo da cana, outras áreas dentro da própria extensão territorial do Recôncavo, desenvolveram atividades voltadas para o mercado interno de subsistência simultaneamente (FRAGA FILHO, 2006, p. 31).

Localidades como os atuais municípios de Maragogipe, Jaguaripe, Santo Antônio de Jesus e Nazaré das Farinhas tiveram destaque no século XIX, quando o assunto era a produção de fumo, mandioca e a criação de animais domésticos. Tanto o tamanho das propriedades quanto a quantidade de escravos nessas localidades diferiam completamente com o Recôncavo açucareiro. Muitos dos produtores eram libertos, escravos ou homens livres pobres que possuíam escravos em pequenos números (BARICKMAN, 2003, p. 185).

Para percebermos com mais acuidade essa pluralidade no plano socioeconômico, laçaremos mão das palavras de Ana Maria Carvalho Oliveira, quando se dedicou em sua dissertação de mestrado ao estudo do Recôncavo Sul na segunda metade do século XIX. Para Oliveira a variedades de sistemas produtivos garante ao Recôncavo, ser uma região plural social e economicamente multifacetada. Desta forma:

É possível identificarmos o Recôncavo canavieiro, o Recôncavo fumageiro, o Recôncavo mandioqueiro e da subsistência, o Recôncavo da pesca e o Recôncavo ceramista. Esses pequenos recôncavos revelam a diversidade, a não uniformidade do Recôncavo. Ao mesmo tempo, possibilita-nos pensar o Recôncavo como um grande conjunto composto de porções diferenciadas que, apesar de se integrarem, dão-lhe um caráter multifacetado (OLIVEIRA, 2000, p. 49).

A economia direcionada ao mercado externo e a economia interna de subsistência ou microeconômica, quando respeitamos as suas especificidades, finalidades e os sujeitos nelas envolvidas, percebemos que ambas de alguma forma estavam interligadas, no entanto estabelecer hierarquias ortodoxas, baseadas do caráter de dependência da segunda perante a primeira, ou seja, conceber as formas produtivas baseada na subsistência como meros apêndices da macroeconomia exportadora exclui da análise a pluralidade da própria Região. Esse ato de segregar, nos leva ao esquecimento das minúcias e das complexidades de ambas as formas de produção e organização social, além disso, podemos deixar de lado as estratégias e os interesses dos indivíduos que estavam envolvidos em ambas as formas de organização produtiva, que muitas das vezes poderia ter visões e concepções de mundo antagônicas. Ao tratar deste tema Schwartz, destaca que “a agricultura de subsistência e de exportação, estavam intimamente ligadas numa relação complexa, multidimensional e em mutação histórica. Eram de fato, duas faces da mesma moeda” (SCHWARTZ, 2001, p. 125). Neste caso segregar e hierarquizar pode sugerir uma simplificação do dinamismo dos processos histórico, o que por si próprio é complexo e dinâmico.

As roças como estratégia de liberdade

Ao discutir os projetos de liberdade e as trajetórias de indivíduos e grupos escravizados na Bahia na segunda metade do século XIX e durante as primeiras décadas do século XX, o historiador Walter Fraga, aponta o cultivo de roças por escravos, como uma estratégia de extrema importância nos projetos de liberdade-alforria. De tal forma, Fraga (2006) ressalta que:

Como em outras regiões escravistas das Américas, os escravos do Recôncavo desenvolveram atividades independentes e alternativas à grande lavoura de cana. Sabe-se que muitos escravos tinham criação de animais, especialmente bois, porcos, galinhas para consumo próprio e para a venda. Muitos desses animais eram criados em pastos e terrenos dos senhores, ou em outras propriedades sob o sistema meia (FRAGA FILHO, 2006, p. 41).

Por muito tempo a historiografia compreendeu que a existência de pequenas propriedades de terra cultivadas por escravos fazia parte apenas dos mecanismos de dominação senhorial (SILVA, 1989, p. 22), ou seja, o direito de ter acesso a pequenas parcelas de terras dentro da própria propriedade senhorial ou até mesmo fora dela, estava de acordo com a ideologia senhorial de dominação e controle da população escravizada. Deste

ponto de vista as roças serviriam para amenizar os conflitos oriundos da própria relação escravista funcionando como uma regalia oferecida pelos senhores aos seus cativos (SCHWARTZ, 2001, p. 155). No entanto, esse quadro está sendo revestido, mesmo que o direito de ter acesso a pequenas porções de terras fizesse parte da ideologia senhorial de dominação e controle da escravaria, as formas que os escravos interpretavam, utilizavam e reivindicavam esse direito foram variadas. “Os escravos lutavam tanto para manter quando para ampliar esse direito” (SILVA, 1989, p. 31). Tomando como parâmetro essa ótica analítica, o fenômeno de garantir acesso às roças a escravos desloca-se, ganhando novas funções na dinâmica da vida no cativo.

O acesso à terra torna-se parte de um jogo de negociação, conflito e resistência avanços e retrocessos entre escravos, libertos e senhores. Schwartz nos elucidava nessa problemática, afirmando que a escravidão era um “sistema adaptável” (SCHWARTZ, 2001, p. 155). A escravidão possuía um grau de variação nas formas de organização e nas estratégias elaboradas para manter o controle das relações sociais no cativo, da mesma forma ocorria também variação e adaptações nas formas de resistir do jugo senhorial por parte da população escravizada. Partindo desta compreensão, para Schwartz (2001), a escravidão

era um sistema notavelmente adaptável e os senhores de escravos combinavam força e incentivos segundo sua personalidade, os costumes locais, a situação econômica regional e mundial e os imperativos morais ou culturais numa série de combinações (...) Mas dizer que o sistema era adaptável, também é reconhecer o papel que os próprios escravos podiam ter nele. Os escravos eram criativos na manipulação das variações para adequá-las às suas percepções de vantagem. O que os agricultores ofereciam como incentivos para alcançar seus objetivos podia ser interpretado pelos escravos como uma oportunidade que talvez lhes melhorasse a vida, e tais incentivos poderiam assumir uma importância que os agricultores não pretendiam (SCHWARTZ, 2001, p. 104).

Podemos ver que o acesso à terra ultrapassava os desejos senhoriais. Possuir suas próprias roças garantia aos escravos agregar novos elementos alimentícios a sua pobre dieta e a acumular pecúlio vendendo o excedente ao próprio senhor ou durante a realização de feiras, para que assim pudessem conseguir a sua própria alforria ou de um familiar próximo (FRAGA FILHO, 2006, p. 43). As formas e maneiras que os indivíduos subjugados ao regime do cativo reinterpretavam as determinações, em muitos casos, estavam distantes dos objetivos senhoriais, isso prova que a complexidade das relações escravistas, ultrapassava o binômio dominado e dominador, ou seja, os escravos mesmo não possuindo liberdade

suficiente para determinar suas atitudes plenamente, elaboravam estratégias e projetos de vida, com base nas brechas e contradições que o próprio sistema escravista criava.

Estudando a complexidade das relações escravistas no Recôncavo baiano nas últimas décadas escravistas, Fraga alerta para o grau de importância que o acesso a parcelas de terras tinha para os escravos na construção dos seus projetos de liberdade e cidadania.

O acesso às roças e outras atividades desenvolvidas no interior dos engenhos, ainda sob a escravidão, serviram para moldar expectativas de liberdade e determinados setores da população escrava. Depois de abolida a escravidão, os ex - escravos que tinham acesso áqueles recursos buscaram assegurar o que haviam acumulado ao longo da vida cativa (FRAGA FILHO, 2006, p. 44).

As roças: uma faca de dois gumes

As roças escravas no Recôncavo eram cultivadas aos domingos, feriados e dias Santos, os escravos não abriam mão dos dias destinados para o cultivo de suas roças. Plantavam mandioca para o fabrico da farinha, alimento básico na dieta alimentar, feijão, milho, aipins, quiabos, bananas e hortaliças (SCHWARTZ, 2001, p. 99). Criavam animais de pequenos portes direcionados ao consumo e venda, tais como galinhas, porcos e cabritos. Além das roças os escravos utilizavam o tempo considerado como livre para destinar a pesca e a atividade marisqueiras nas águas que compõem à Baía de Todos os Santos e os rios que fazem parte das passagens de todo o Recôncavo, essas atividades proporcionavam a formação de uma “microeconomia escravista” (CASTELLUCCI, 2008, p. 156).

Os arranjos microeconômicos desenvolvidos por escravos e libertos eram fomentados ainda mais, pela grande carência de gêneros alimentícios de primeira ordem nas mesas de todo o Recôncavo, a escassez de alimentos foi algo constante na vida da população da região, principalmente a farinha de mandioca, elemento alimentício basilar. O Recôncavo além de ser umas das áreas mais populosas da Bahia, tinha a obrigação de alimentar um dos maiores centros urbanos do Brasil do século XIX, a cidade de Salvador (BARICKMAN, 2003, p. 89). Com essa necessidade voraz de alimento, a produção dos escravos roceiros ganhava destaque na comercialização do excedente nas feiras livres da região. O espaço das feiras ganhava dimensões maiores que o acúmulo de dinheiro e bens adquiridos através das transações de compra e venda.

Através dos contatos e acordos estabelecidos no ambiente de comercialização, característica marcante das feiras livres. Escravos, libertos, marinheiros e indivíduos livres

firmavam acordos de amizade e comércio, esses vínculos além de facilitar o escoamento e venda da produção para outros centros urbanos, “poderiam ser acionados no momento em que decidissem fugir do domínio senhorial, para contestar a legitimidade de sua escravidão” (FRAGA FILHO, 2000, p. 43).

Isso demonstra que os objetivos e projetos vislumbrados pelos escravos através do cultivo das roças e da venda e circulação nas feiras, ganhavam uma dimensão ampla para a população escravizada, transpondo os limites das relações travadas nos engenhos e nas grandes lavouras. Estabelecer vínculos com indivíduos fora da vigilância dos senhores e seus capatazes, garantia ao escravo construir redes de sociabilidade com um ambiente exterior, podendo quando necessário, acessar essas redes nos momentos mais oportunos, principalmente em momento de fuga ou nas intermediações durante a compra das alforrias.

A existência de uma economia interna de subsistência escrava criava benefícios para ambas as partes envolvidas, a partir do momento que o escravo produzia alimentos, animais e pescados direcionados para o seu consumo e do seu grupo, os gastos senhoriais com alimentação dos cativos diminuía significativamente. A permissão dessa atividade por parte dos senhores garantia também um controle maior da população escrava, da ótica senhorial o escravo que desenvolvesse vínculos com a terra, torna-se menos propenso a fuga, revoltas ou possíveis rebeliões. Entretanto tomando a ótica escrava como ponto de análise, o quadro pode ser invertido, ou seja, a economia escrava era entendida como uma estratégia utilizada pelos escravos para suportar o trabalho forçado os castigos tendo sempre em mente novas perspectivas de liberdade. Além da garantia de uma alimentação melhor e a possibilidade de acúmulo de dinheiro para a compra da alforria. Portanto, a economia escrava possibilitava os indivíduos escravizados traçar meios e formas para concretizar à tão desejada liberdade. O fenômeno das roças e de uma economia interna de subsistência escrava, torna-se uma faca de dois gumes, o que muda é o local social que o sujeito ocupa na sociedade, por isso seus objetivos, desejos, estratégias e ambições tornam-se distintos.

Neste contexto, o que entra em cena não é se as roças funcionavam como um mecanismo econômico de controle senhorial, visto que tanto os grupos senhoriais quanto a população escravizada percebiam as contradições presentes na existência de uma cultura econômica escrava. O que importa de fato nesse ambiente é compreender a importância das disputas e negociações presentes nesse fenômeno e os significados que cada grupo direcionava a partir das suas experiências, principalmente a população escravizada. Schwartz nos elucidava com maestria esse debate.

Não resta dúvida de que a existência de oportunidades dentro do regime de trabalho e uma economia interna de subsistência escrava revertia em favor do senhores. Escravos certamente reconheciam isso, mas também viam vantagens para si mesmos. A luta, então, era pelo equilíbrio relativo das vantagens que o trabalho por conta própria geravam (...) confiança em si entre os escravos era um risco potencial para o sistema (SCHWARTZ, 2001, p. 104).

Desta forma, não nos resta dúvidas que as roças tiveram significados e importâncias diferentes tanto para escravos, libertos e livres quanto para senhores, o acesso a terra abria um leque interpretativo. No entanto neste queremos ressaltar o quanto as pequenas propriedades, foram de fundamental relevância no traçado dos projetos de vida da população escrava durante o regime escravista também.

Conclusão: nas terras da liberdade

Neste trabalho fizemos um esforço para demonstrar como roças cultivadas por escravos no Recôncavo baiano escravista foram utilizadas como estratégias de conquista de melhorias no dia-a-dia do cativo e na concretização dos projetos de liberdade da população negra ainda sob a dominação do regime escravista. Entendemos a escravidão enquanto um fenômeno histórico complexo, com múltiplas formas e estratégias de sobreviver e resistir. Por isso, o acesso a terras tinha valor significativo em uma sociedade rural. As roças eram mais que simples parcelas de terras dedicadas ao cultivo e a criação, pois, eram nessas roças que os sujeitos escravizados plantavam seus sonhos, desejos e projetos regados dia-a-dia com suor, esforço e coragem. Foram em pequenos pedaços de terra, espremidas entre a grande lavoura, o chicote e o cativo que homens, mulheres e crianças fizeram brotar frutos abundantes. Essas pequenas propriedades de terra funcionavam para os escravos como metáfora da liberdade, ou seja, eram as tão desejadas terras da Liberdade!

Referências

AZEVEDO, Célia Maria Marinho. *Onda Negra, medo branco: o negro no imaginário das elites, século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BARICKMAN, B. J. *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. Até a véspera: o trabalho e produção de açúcar nos engenhos Baianos (1850-1881). *Afro-Ásia*, Salvador, v. 21-22, p. 177-237, 1998-99.

CASTELLUCCI, Junior Wellington. *Pescadores e roceiro: escravos, forros em Itaparica na segunda metade do século XIX, 1860- 1888*. São Paulo: Annablume/FAPESP; Salvador: FAPESB, 2008.

CASTRO, Hebe Maria Mattos. *Ao Sul da História: Lavradores Pobres na Crise do Trabalho Escravo*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

_____. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste do Brasil século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

FRAGA FILHO, Walter. *Encruzilhadas da Liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia, 1870-1910*. São Paulo: Editora da Unicamp, 2006.

_____. Histórias e Reminiscências da Morte de um Senhor de Engenho do Recôncavo. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 24, p. 165-198, 2000.

LINHARES, Maria Yedda. *Subsistência e sistemas agrários na Colônia: uma discussão. Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 13, números especial, p. 745-762, 1983.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo Saquarema*. São Paulo: HUCITEC, 1987.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. *Nas Fronteiras do Poder: Conflito e direito à terra no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura; Arquivo Público do Rio de Janeiro, 1998.

_____. *Direito à terra no Brasil: a gestação do conflito, 1795- 1824*. São Paulo: Alameda, 2009.

OLIVEIRA, Ana Maria Carvalho. *Recôncavo sul: terra, homens, economia e poder no século XIX*. 2000. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2000.

SCHWARTZ, Stuart. *Escravos roceiros & rebeldes*. Bauru: EDUSC, 2001.

_____. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SILVA, Eduardo; REIS, João José. *Negociação e Conflito. A Resistência Negra no Brasil Escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

SILVA, Lúgia Osório. *Terras Devolutas e Latifúndio: efeitos da Lei de 1850*: Campinas: UNICAMP, 1996.